
Mental Health
Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Mental Health Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Mental Health Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Mental Health Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

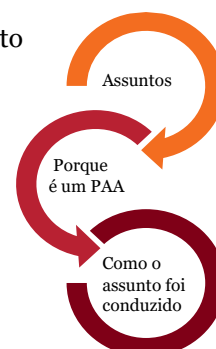
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mental Health Participações S.A. e da Mental Health Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Mental Health Participações S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Combinações de negócios (Notas 2.18 e 5)

Durante 2022, a Companhia adquiriu o controle de duas empresas, a Clínica da Gávea S.A. e o Instituto São José Ltda., ambas com atuação na área de psiquiatria, localizadas no Rio de Janeiro e Santa Catarina, respectivamente.

A mensuração e o reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores justos, bem como a apuração do ágio, envolveu julgamentos significativos da administração, além da aplicação de estimativas relevantes, fundamentadas em dados e premissas subjetivas.

Devido à relevância da aquisição e aos julgamentos e estimativas críticas envolvidos na identificação e determinação dos valores justos dos ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio apurado, as referidas combinações de negócios foram consideradas como tema de foco em nossa auditoria.

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com as aquisições efetuadas em 2022 e análise dos atos societários relevantes.

Com o apoio de nossos especialistas em avaliação, efetuamos análise da razoabilidade das premissas e metodologia usadas pela Companhia na identificação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação. Também avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela Companhia para o cálculo do valor justos dos ativos líquidos identificáveis nas referidas combinações de negócios. Por fim, efetuamos leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos, as premissas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidas.

Avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de Ágio (Notas 2.17, 4.2(d) e 13)

A Companhia e suas controladas têm registrado no ativo intangível, ágio no valor total de R\$ 47.276 mil, em 31 de dezembro de 2022, decorrente de combinações de negócios ocorridas no exercício.

A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos seus fluxos de caixa futuros esperados. As projeções de caixa das unidades geradoras de caixa (“UGCs”) com ágio alocado incluem dados e premissas subjetivas, tais como crescimento da receita, margens operacionais, e taxa de desconto da Companhia.

Este assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria tendo em vista a relevância do saldo do ágio, bem como o fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável das UGCs, incluindo o ágio alocado.

Com o apoio de nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade das principais premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas à crescimento da receita, margens operacionais e taxa de desconto, bem como avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos. Também realizamos revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas e recálculo independente do fluxo de caixa descontado, sensibilizando as principais premissas utilizadas para avaliar situações em que as variações resultariam em eventual necessidade de registro de *impairment*.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento de receita (Notas 2.19, 4.1 e 20)

As obrigações de desempenho da Companhia e suas controladas são medidas desde a admissão do paciente até o momento de sua alta. O reconhecimento de receita ocorre no momento da prestação de cada um dos serviços divulgados na Nota 4.1 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os valores envolvidos e as características inerentes ao processo de reconhecimento de receita de prestação de serviços, incluindo a estimativa

Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes identificados para monitoramento e apuração dos serviços prestados, assim como avaliamos os critérios empregados pela administração para a elaboração da estimativa de provisão para glosas, com base no histórico de perdas.

Em base amostral, inspecionamos a documentação-suporte dos serviços prestados: inspeção da documentação comprobatória dos serviços prestados, bem como observamos os



Mental Health Participações S.A.

relacionada à mensuração das glosas dos serviços prestados efetuadas pelas operadoras de planos de saúde.

recebimentos subsequentes. Também obtivemos os relatórios analíticos de contas hospitalares ao final do exercício de 2022 e início de 2023 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que os critérios e as premissas adotados pela administração para reconhecimento da receita, incluindo seu correto período de competência, bem como as correspondentes divulgações, são razoáveis e consistentes com as informações e dados apresentados.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 5 de maio de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Mental Health Participações S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Mental Health Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Gustavo José Pimentel Sardinha
Contador CRC 1RJ096375/O-0

Mental Health Participações S.A.

Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	890	4.246
Títulos e valores mobiliários	6	2	-	1.191
Contas a receber	7	-	-	18.090
Estoques	8	-	-	1.119
Impostos a recuperar		67	-	566
Outros		-	-	718
		70	890	25.930
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais		-	-	270
Outros		-	-	2.528
		-	-	2.798
Investimentos	9	78.033	-	-
Imobilizado	11	-	-	9.579
Direito de uso – Arrendamento	12	-	-	14.429
Intangível	13	15.343	-	99.691
Total do ativo não circulante		93.376	-	126.497
Total do Ativo		93.446	890	152.427
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		-	398	6.062
Empréstimos e debêntures	16	92.328	-	94.972
Salários, provisões e encargos sociais	14	-	-	7.316
Obrigações fiscais	14	-	17	1.311
Contas a pagar por aquisições	15	-	-	2.163
Passivo de arrendamento	12	-	-	1.424
Outros		-	1	104
		92.328	416	113.352
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	15.334	-	17.348
Contas a pagar por aquisições	15	-	-	10.295
Provisão para contingências	18	-	-	2.188
Passivo de arrendamento	12	-	-	13.440
Outros		1	-	2
		15.335	-	43.273
Total do passivo		107.663	416	156.625
Patrimônio líquido				
Capital social	19	15.205	2.948	15.205
Reserva de lucros		(2.474)	(2.474)	(2.474)
Reflexo de participação no capital de controlada		(35)	-	(35)
Prejuízos acumulados		(26.913)	-	(26.913)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuível aos acionistas		(14.217)	474	(14.217)
Participação de não controladores		-	-	10.019
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		93.446	890	152.427

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

Mental Health Participações S.A.Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2022	2021	2022
Receita líquida	20	-	-	69.561
Custos dos serviços prestados	21	-	-	(56.733)
Lucro bruto		-	-	12.828
Despesas gerais e administrativas	22	(2.064)	(2.484)	(20.528)
Equivalência Patrimonial	9	(6.409)	-	-
Outras despesas operacionais	23	(7.418)	-	(9.601)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(15.892)	(2.484)	(17.301)
Receitas financeiras	24	301	11	1.587
Despesas financeiras	24	(11.322)	(1)	(13.943)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(26.913)	(2.474)	(29.657)
Impostos sobre o lucro	17	-	-	(3)
Prejuízo líquido do exercício		(26.913)	(2.474)	(29.660)
Participação de não controladores		-	-	2.747
Prejuízo do exercício		(26.913)	(2.474)	(26.913)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mental Health Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Prejuízo do exercício	(26.913)	(2.474)	(29.660)
Reflexo de participação no capital de controlada	(35)	-	(35)
Participação de não controladores	-	-	2.747
Total do resultado abrangente	(26.948)	(2.474)	(26.948)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mental Health Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Capital social a integralizar	Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.600	-	-	-	5.600
Capital a integralizar	-	(2.652)	-	-	(2.652)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.474)	(2.474)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.600	(2.652)	-	(2.474)	474
Aumento de capital	11.101	-	-	-	11.101
Capital a integralizar	-	1.156	-	-	1.156
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	(35)	-	(35)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(26.913)	(26.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.701	(1.496)	(35)	(29.387)	(14.218)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mental Health Participações S.A.Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda	(26.913)	(2.474)	(29.657)
Depreciações e amortizações	7.418	-	2.123
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	11.202	-	12.594
Provisão para contingência	-	-	2.188
Resultado de equivalência patrimonial	6.409	-	-
Provisão para Glosas e PCLD	-	-	2.064
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos			
Redução (Aumento) de contas a receber de clientes e outras	-	-	(20.154)
Redução (Aumento) de estoques	-	-	(1.119)
Impostos a Recuperar	(67)	-	(566)
Depósitos Judiciais	-	-	(270)
(Redução) Aumento de outros ativos	-	-	(3.246)
(Redução) Aumento de contas a pagar a fornecedores e outras	(763)	400	5.946
Salários e Encargos sociais	-	-	7.316
Obrigações tributárias	(17)	-	1.345
Partes relacionadas	-	1	-
Provisão para contingências	-	-	-
Outros passivos	(141)	-	30
	(2.872)	(2.073)	(21.406)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	15	(1.571)
Pagamento de juros por empréstimos e debentures	(8.167)	-	(8.167)
Pagamento de juros por arrendamento	-	-	(886)
Pagamento de juros	-	-	(702)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.039)	(2.058)	(32.732)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Pagamento em aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido	(64.131)	-	(25.894)
Aumento de capital	(27.589)	-	(27.589)
Adições ao imobilizado	-	-	(8.715)
Baixas ao imobilizado	-	-	35
Adições do intangível	(9)	-	(4.299)
Aquisições de títulos e valores mobiliários	(2)	-	(1.191)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(91.731)	-	(67.653)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de Capital	12.222	2.948	12.257
Captações de Debentures	68.065	-	68.064
Captações de Empréstimos	21.594	-	23.418
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	101.881	2.948	103.739
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(889)	890	3.356
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	890	-	890
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	890	4.246
Transações que não afetaram o caixa			
Arrendamento – Direito de Uso			16.101
Passivo de arrendamento			(16.101)
Baixa por cisão do imobilizado – ISJ			(2.414)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações sobre a Companhia e suas controladas

A Mental Health Participações S.A. (“Companhia” ou “Mental Health”) é uma sociedade por ações, sediada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - Parte, Leblon, Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e foi constituída em 19 de março de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Mental Health e suas controladas.

A Mental Health é controlada pelo fundo de investimento Vinci Capital Partners III I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégica.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 70% das quotas Clínica da Gávea S.A. (“Clínica da Gávea” ou “Controlada”) (Nota 9).

A Clínica da Gávea iniciou suas operações em 1966 com atuação na área de psiquiatria. A Controlada é focada em proporcionar a adequada assistência médico hospitalar, visando sempre proporcionar a melhora na qualidade de vida bem-estar dos pacientes. O quadro de funcionários assistencial é constituído por profissionais da área de saúde, assim como pelo corpo técnico e administrativo. As equipes multidisciplinares são compostas por especialistas que prezam pelo atendimento humanizado em saúde mental.

Em 15 de março de 2022, a controlada Clínica da Gávea S.A. concluiu a aquisição de 100% das quotas Instituto São José Ltda. (“São José” ou “Controlada”) (Nota 9).

O Grupo apresenta capital circulante negativo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$87.951 e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, o acionista se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. Até 30 de março de 2023 a Companhia recebeu aportes de capital do seu acionista para equilíbrio do fluxo de caixa que totalizam R\$ 118.530 (Vide nota 26).

Pandemia – COVID 19

A Companhia possui Comitê de crise para tratar as medidas preventivas e de mitigação dos efeitos da pandemia, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções não afetaram os negócios da Companhia e suas controladas, uma vez que não há qualquer transação com Empresas destes países.

A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento.

Meio ambiente, sustentabilidade e gestão de riscos climáticos

A Companhia e suas controladas reconhecem a importância da implementação de iniciativas de sustentabilidade e avalia constantemente os riscos relacionados ao meio ambiente que possam vir a impactar a sociedade, e em particular, em suas operações e negócios.

Dessa forma, a Companhia assume o compromisso em atender aos requisitos legais e demais requisitos aplicáveis às suas atividades e serviços. Toda legislação aplicável é identificada, analisada e atendida, assim como normas técnicas e procedimentos internos da Companhia, visando manter a conformidade legal em suas operações.

Com um sistema de levantamento, controle e acompanhamento de requisitos legais, a administração gerencia e analisa o levantamento dos aspectos, impactos, perigos e riscos associados às atividades realizadas pela Companhia e suas controladas. Esse levantamento é revisitado sempre que identificado uma nova condicional.

A administração avaliou todas as informações e afirma não ter impacto nas demonstrações financeiras.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pela Administração em 30 de março de 2023.

Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia faz a apresentação do Fluxo de Caixa Indireto, individual e consolidado. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio.

2.2 Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

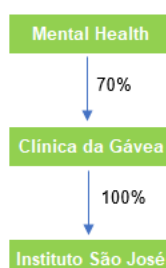
Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A seguir é apresentada a base de consolidação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:



2.3 Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações do Grupo Mental Health, foi definido apenas um segmento passível de reporte, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.

Todas as decisões tomadas pela Diretoria são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma Companhia integrada e as operações são gerenciadas em bases consolidadas.

Conseqüentemente, a Mental Health concluiu que possui apenas o segmento psiquiatria como passível para reporte.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Clínica da Gávea. A Clínica da Gávea mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As provisões para glosas e para créditos de liquidação duvidosa estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as perdas esperadas na realização dos valores faturados. O percentual de glosa encontrado é aplicado sobre a receita bruta registrada e provisionado no resultado corrente refletindo a melhor expectativa da Administração baseado no histórico analisado. A análise é feita de forma individualizada por unidade geradora de caixa, assim como o percentual provisionado de glosa no exercício.

Como critério para provisionamento de créditos de liquidação duvidosa é realizada análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte e havendo necessidade é realizado o provisionamento total da carteira em aberto desses clientes.

2.7 Perda de recuperabilidade sobre créditos

É avaliado, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Clínica da Gávea aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.8 Estoques

Os estoques são compostos por medicamentos e materiais hospitalares e estão demonstrados ao custo médio de aquisição não excedendo ao valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia controla todos os medicamentos por lotes de vencimentos no prazo de 30 a 45 dias o que evita a necessidade da provisão.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é composto principalmente por obras em andamento, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Clínica da Gávea, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios e capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Em 2022, a Companhia por meio de sua controlada, capitalizou em torno de R\$3.634 em virtude da construção do novo ERP denominado Tasy.

2.11 Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia por meio de sua controlada avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período em troca de contraprestação.

Ativo de direito de uso arrendamento

A Companhia por meio de sua controlada reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia por meio de sua controlada reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia por meio de sua controlada usa tanto na mensuração inicial quanto na nova mensuração taxas nominais observáveis.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Taxa de desconto

A Companhia por meio de sua controlada determina sua taxa incremental sobre arrendamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa é determinada de acordo com as características (e prazos) dos contratos demonstrada vide nota 12.

Foi utilizado a taxa de juros incremental para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, as controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento do período, vide nota 12.

2.12 Benefícios de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas com pessoal nas rubricas de custos de serviços prestados e gerais e administrativas, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas, caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

A Companhia por meio de sua controlada oferece a profissionais chave (beneficiários) a opção de participar do plano de pagamento baseado em ações, onde o beneficiário no período de *vesting* prestem serviços em troca de títulos patrimoniais da Clínica da Gávea (ações).

O custo da transação é mensurado com base no valor justo na data de outorga do plano e é reconhecido no Balanço Patrimonial da Clínica da Gávea como despesa durante o período da prestação de serviço, em contrapartida é reconhecido na conta de “Gasto com Emissão de Ações” no patrimônio líquido.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Esses estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

Enquanto os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.14 Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e as controladas Clínica da Gávea e Instituto São José têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As controladas Clínica da Gávea e Instituto São José são partes em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na expectativa de perda provável, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: as principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionadas às atividades médicas, comuns ao setor psiquiátrico. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Ações cíveis: os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionados às atividades médicas, comuns ao setor de saúde mental.

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, as controladas Clínica da Gávea e Instituto São José possuem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa demonstrada vide nota 18.

2.15 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.16 Instrumentos financeiros

O CPC 48 propõe que todos os ativos e passivos financeiros sejam avaliados a valor justo no momento inicial do contrato. Entretanto, os recebíveis sem elementos significativos de financiamento permanecem pelo valor de custo amortizado, sujeitos ao teste de *impairment*.

Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia e suas controladas Clínica da Gávea e Instituto São José classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros, como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

(b) Reconhecimento mensuração

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado (VJR) são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas ou despesas financeiras” no exercício em que ocorrem.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

(d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias; ou
- (iii) probabilidade que o devedor entrará em falência, ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

(e) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.17 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Testes do Ágio para verificação de impairment

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de saúde mental no qual a UGC atua.

As premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como demonstrados vide nota 13.

A Administração através de seus consultores independentes, realizou análise de *impairment* dos ágios (realizada no mínimo uma vez ao ano, conforme necessidade), mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não foi identificada a necessidade de registrar qualquer provisão de perda, dessa forma conclui-se que para o exercício de 2022 e 2021 não há indícios de *impairment*.

(c) Relacionamento com cliente

Os relacionamentos com clientes adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O relacionamento com o cliente tem vida útil finita e é posteriormente contabilizados pelo custo menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada pelo método linear de 6 anos de acordo com a avaliação feita na alocação do preço de compra ("PPA"). A Companhia avalia periodicamente as mudanças nas vidas úteis.

2.18 Combinações de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada compreende:

- valores justos dos ativos transferidos;
- passivos incorridos para os ex-proprietários do negócio adquirido;
- participações societárias emitidas pelo Companhia; e
- valores justos de qualquer passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente ("earn out").

Os ativos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O excesso de contraprestação transferida sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto utilizada é a taxa de empréstimo incremental da entidade, sendo a taxa na qual um empréstimo semelhante poderia ser obtido de um credor independente em termos e condições comparáveis.

Earn out é classificado como patrimônio líquido ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

A Companhia analisa se um acordo para pagamentos aos quotistas decorrente da combinação de negócio faz parte da contraprestação transferida ou é uma transação separada da combinação de negócios. Nesses casos, o valor é reconhecido de acordo com os requisitos do CPC 10.

2.19 Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas Clínica da Gávea e Instituto São José. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos, dos descontos e glosas.

As controladas Clínica da Gávea e Instituto São José reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Clínica da Gávea e do Instituto São José, conforme descrição a seguir. A Clínica da Gávea e o Instituto São José baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Componentes de financiamento

A Clínica da Gávea e o Instituto São José não preveem ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.20 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- **Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**:
 - (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais na Companhia nem nas controladas.

3. Gerenciamento de riscos

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas expõem a riscos financeiros, como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros.

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

A Clínica da Gávea possui debênture e cédulas de crédito bancário em moeda local, pós-fixado (sujeito à flutuação da taxa juros). O risco inerente de empréstimos pós-fixados surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O contas a pagar pela aquisição da controlada Instituto São José Ltda. Está atrelado à variação do CDI.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia e suas controladas decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com ratings em âmbito nacional de nível elevado.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e suas controladas são agregadas pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras obrigações	6.062	-	-	-
Arrendamento	1.868	1.849	5.547	22.551
Debêntures não conversíveis	71.554	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.418	-	-	-
Contas a pagar por aquisições	1.909	1.850	7.242	-
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores e outras obrigações	398	-	-	-

(b) Risco cambial

Durante os exercícios de 2022 e 2021, os empréstimos e debêntures da Companhia e suas controladas foram realizados em moeda nacional (R\$), dessa forma, não há impacto de variação cambial na Companhia e suas controladas.

3.2 Estimativa do valor justo em combinação de negócios

O valor justo dos ativos em combinação de negócios (Nota 5) foi estimado considerando o ativo indenizável e a carteira de clientes da adquirida. Para avaliação do ativo a valor justo da carteira de clientes foi utilizado a abordagem de Renda no Método de Ganhos Múltiplos em Períodos, devido à possibilidade de atribuir o fluxo de caixa gerado diretamente ao ativo identificado. Considerando que, uma vez que a Companhia não retém 100% de sua carteira de clientes por um longo período, os fluxos de caixa projetados devem ser multiplicados por um fator de taxa de cancelamentos para refletir que a receita líquida atribuída à carteira de clientes existente será reduzida. A carteira de clientes foi projetada com base em uma taxa de *churn* que reflete a retenção de clientes ao longo do tempo.

O valor justo do acordo de contas a pagar em combinação de negócios (Nota 5) foi estimado aplicando-se a abordagem de mercado e está classificado como nível 2 da hierarquia do valor justo. Trata-se da mensuração de valor justo do Nível 2.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

3.3 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022
Ativos ao custo amortizado			
Caixa e equivalente de caixa	1	890	4.245
Títulos e valores mobiliários	2	-	1.189
Contas a receber de clientes	-	-	18.090
Total	3	890	23.524

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022
Passivos ao custo amortizado			
Fornecedores	-	398	6.062
Empréstimos e debêntures	92.328	-	94.972
Contas a pagar por aquisição	-	-	12.458
Passivos de arrendamento	-	-	14.865
Total	92.328	398	128.357

3.4 Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos *stakeholders*.

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômica. Em 31 de dezembro da 2022 a administração da Companhia considera a estrutura de capital adequada.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia e suas controladas fazem estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

4.1 Julgamentos críticas na aplicação das políticas contábeis

A política adotada para o reconhecimento da receita são os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes, que consiste na entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

As Controladas atuam no ramo de prestação de serviços de psiquiatria. A receita é oriunda dessa prestação de serviços e seu reconhecimento é realizado com base nos serviços executados até a data finda do período contábil.

As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o ponto em que não há mais serviços necessários, o momento da alta. Quando este procedimento utiliza mais de um período, é realizado a medida parcialmente pela competência.

As principais obrigações de desempenho e o respectivo reconhecimento são:

Obrigações de desempenho	Reconhecimento
Atendimento de Consultas médicas eletivas e de emergência.	Reconhecimento da receita no momento do atendimento médico agendado ou emergencial do paciente.
Procedimentos médicos (Eletroconvulsoterapia).	Reconhecimento da receita no momento da realização do procedimento médico.
Exames de Diagnose e Terapia.	Reconhecimento da receita no momento da execução dos exames solicitados pela equipe assistencial.
Aplicações e utilização de medicamentos e materiais.	Reconhecimento da receita quando o medicamento e /ou material hospitalar é dispensado ao paciente, ou seja, no mesmo momento do consumo.
Fornecimento de acomodação, refeições e visitas médicas.	Reconhecimento da receita diária desde a data de admissão hospitalar até a data de alta hospitalar.

O preço da transação é determinado com base nas taxas fee-for-service (modelo de remuneração funcional e baseado no serviço executado) dos serviços prestados ou nos pacotes que reúnem um conjunto de serviços prestados (pacotes ou diária global).

Caso a taxa por serviços (fee-for-service) seja determinada como o preço de transação em contrato, configura que tudo o que for utilizado no atendimento de psiquiatria, incluindo materiais hospitalares, medicamentos e serviços, sendo utilizada no reconhecimento da receita e, conseqüentemente, faturada. Nesse formato, o preço é pago de acordo com cada procedimento, exame ou consulta realizada, além das internações, que incluem as acomodações do paciente e serviços médicos utilizados. Quando a modalidade do preço é determinada por pacotes, que envolvem serviços preestabelecidos e valores fixos, serão reconhecidos independentemente de o paciente ter utilizado todos os serviços disponíveis em contrato.

Além disso, as controladas atuam como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os produtos ou serviços antes de transferi-lo para o cliente.

Para os pacientes particulares é necessário a realização de um depósito adiantado, que é reconhecido como receita quando os bens ou serviços futuros são prestados.

Contraprestação variável

As controladas consideram que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato ou calculada pela melhor estimativa do período.

4.2 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para glosas e para créditos de liquidação duvidosa estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores faturados, considerando o histórico de recebimento por operadora, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos. O teste consiste em avaliar a capacidade de aproveitamento do ativo diferido ao período de cinco anos, através da análise do fluxo de caixa projetado.

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Companhia e suas controladas utiliza a taxa incremental de juros (Incremental Borrowing Rates - IBR) de empréstimo do arrendatário como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes, sendo os recursos necessários para obter o ativo com o valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção da CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

(d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

No mínimo uma vez ao ano, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A Administração realizou análise de impairment dos ágios sobre os exercícios de 31 de dezembro de 2022 mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

(e) Provisão para contingência

A Companhia e suas controladas reconhece provisão para causas cíveis, tributárias trabalhistas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(f) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

5. Combinação de negócios**Combinação de negócio ocorrida em 2022****(a) Clínica da Gávea S.A.**

Em 31 de janeiro, ocorreu a aquisição da Clínica da Gávea S.A., com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de janeiro de 2022. A Companhia adquiriu 70% do capital social da Clínica da Gávea. A controlada possui como principal objetivo a prestação de serviços psiquiátricos e está localizada na cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

Adquirente	Mental Health Participações S.A.
Adquirida	Clínica da Gávea S.A.
Local	Rio de Janeiro - RJ – Brasil
Data do Controle	31 de janeiro de 2022
Porcentagem de participação acionária com direito a voto adquirida	70%
Preço pago	R\$ 64.139
Fatores qualitativos que compõem o goodwill reconhecido	Atribuível ao potencial de ganhos futuros e sinergias relativas à entrada em uma nova unidade geradora de caixa, redução em custos administrativos e perspectiva de forte crescimento
Principais razões para combinação de negócios	Consolidação do setor de saúde mental no Brasil
Ativo/ passivo indenizável na aquisição	Sim

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os detalhes do valor justo dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são os seguintes:

Composição analítica dos valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

	Clinica da Gávea
	31 de janeiro de 2022
Parcela à vista	64.139
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Total de ativos líquidos identificáveis	32.291
Goodwill (Ágio por expectativa de rentabilidade futura)	31.848
Total da contraprestação transferida	64.139
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	3
Contas a receber de clientes	4.874
Estoques	189
Tributos a recuperar	4
Ativo indenizável	1.145
Outros ativos	80
Depósitos judiciais	129
Ativo imobilizado	444
Ativo intangível (carteira de clientes a valor justo)	45.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.334)
Fornecedores	(686)
Obrigações tributárias	(633)
Obrigações trabalhistas	(1.878)
Provisões para contingências a valor justo	(1.145)
Outras obrigações	(1)
Total de ativos e passivos líquidos identificáveis	32.291
Goodwill (Ágio por expectativa de rentabilidade futura)	31.848
Caixa pago pela obtenção do controle líquido do caixa adquirido	
Caixa pago pela obtenção do controle	64.139
Menos: Caixa adquirido da controlada	(3)
	64.136
Impacto nas informações consolidadas a partir da data de aquisição	
Receita líquida	48.231
Custos e despesas	(39.016)
Resultado financeiro	(821)
Imposto de renda e contribuição social	762
Prejuízo	(9.156)
Impacto nas informações consolidadas se a combinação de negócios ocorresse em 1º de janeiro de 2022	
Receita líquida	74.286
Custos e despesas	(86.325)
Resultado financeiro	(1.333)
Imposto de renda e contribuição social	(274)
Prejuízo	(13.647)

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(b) Instituto São José Ltda.**

Em 15 de março, a Companhia por meio de sua controlada realizou a aquisição do Instituto São José Ltda., com base no balanço patrimonial encerrado em 15 de março de 2022. A Companhia adquiriu 100% do capital social do Instituto São José pelo preço de R\$19.600, sendo R\$9.800 pagos à vista e R\$9.800 que serão pagos em 5 (cinco) parcelas anuais, corrigidas pela variação da taxa CDI desde a data de fechamento da transação até a data do efetivo pagamento de cada parcela do preço diferido. Em 14 de junho de 2022 a Companhia por meio de sua controlada efetuou o pagamento por ajuste de preço de dívida líquida aos vendedores no montante de R\$2.500 pagos à vista. Em 29 de agosto de 2022 a Companhia por meio de sua controlada efetuou o pagamento por ajuste de preço de capital de giro aos vendedores no montante de R\$700 pagos à vista. A controlada possui como principal objetivo a prestação de serviços psiquiátricos e está localizada na cidade de São José – Santa Catarina.

Adquirente	Clínica da Gávea S.A.
Adquirida	Instituto São José Ltda.
Local	São José – SC – Brasil
Data do Controle	15 de março de 2022
Porcentagem de participação acionária com direito a voto adquirida	100%
Preço pago	R\$ 24.300
Fatores qualitativos que compõem o goodwill reconhecido	Atribuível ao potencial de ganhos futuros e sinergias relativas à entrada em uma nova unidade geradora de caixa, redução em custos administrativos e perspectiva de forte crescimento
Principais razões para combinação de negócios	Consolidação do setor de saúde mental no Brasil

Os detalhes do valor justo dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são os seguintes:

Composição analítica dos valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Parcela à vista	13.000
Parcela a prazo	11.300
	24.300

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Total de ativos líquidos identificáveis	8.872
Goodwill (Ágio por expectativa de rentabilidade futura)	15.428
Total da contraprestação transferida	24.300

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	3.155
Contas a receber de clientes	3.002
Estoques	225
Tributos a recuperar	19
Ativo indenizável	1.034
Outros ativos	86
Ativo imobilizado	1.136
Investimentos	625
Ativo intangível (carteira de clientes a valor justo)	12.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.171)
Fornecedores	(904)
Obrigações tributárias	(308)
Obrigações trabalhistas	(1.184)
Provisões para contingências a valor justo	(1.034)
Empréstimos e financiamentos	(4.852)
Outras obrigações	(224)
Total de ativos e passivos líquidos identificáveis	8.872
Goodwill (Ágio por expectativa de rentabilidade futura)	15.428

Caixa pago pela obtenção do controle líquido do caixa adquirido

Caixa pago pela obtenção do controle	19.600
Menos: Caixa adquirido da controlada	(3.155)
	16.445

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Impacto nas informações consolidadas a partir da data de aquisição**

Receita líquida	21.330
Custos e despesas	(17.379)
Resultado financeiro	(514)
Imposto de renda e contribuição social	(765)
Lucro líquido	2.671

Impacto nas informações consolidadas se a combinação de negócios ocorresse em 1º de janeiro de 2022

Receita líquida	26.289
Custos e despesas	(23.796)
Resultado financeiro	(591)
Imposto de renda e contribuição social	(948)
Lucro líquido	1.719

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Caixa e equivalentes de caixa			
Bancos	1	890	4.246
Títulos e valores mobiliários			
Aplicação financeira	2	-	1.191
	3	890	5.437

Todas as aplicações financeiras são contratadas com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado.

As aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários referem-se a Certificados de depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de investimentos. A remuneração média da carteira, referentes à Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Fundos de investimentos, foi de 101,2% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes consistem em saldos a receber das operadoras de saúde e de particulares, como segue:

	Consolidado
	2022
Contas a receber de clientes	20.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosa	(2.064)
	18.090

Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado
	2022
Saldo no início do exercício	-
Constituição de provisão para glosas e crédito de liquidação duvidosa	(2.064)
Saldo no final do exercício	(2.064)

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes era:

	Total	A vencer	Vencido					
			1 - 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 180 dias	181 - 360 dias
2022	20.153	15.201	1.773	1.368	212	246	774	579

8. Estoques

Os estoques são representados por material hospitalar, medicamentos e almoxarifado, como segue:

	Consolidado
	2022
Medicamentos	640
Almoxarifado	293
Alimentos	77
Descartáveis	44
Outros	64
	1.119

9. Investimentos

A movimentação do investimento é conforme segue:

	Controladora
	2022
Em 1º de janeiro de 2021	-
Aquisição de controlada	64.139
Aportes de capital na controlada	27.589
Equivalência patrimonial (período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022)	(6.409)
Amortização de Carteira de Clientes	(7.286)
Total	78.033

- (i) Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia assinou contrato e concluiu a aquisição de 70% das ações da Clínica da Gávea pelo preço de R\$63.979 (nota 5), sendo R\$59.778 pagos à vista e R\$4.200 depositados em conta de depósito em garantia para garantir o ressarcimento de perdas potenciais indenizatórias por quaisquer dos vendedores e compradores. O valor retido é corrigido monetariamente conforme variação do CDI incidente a partir da Data de Fechamento até a data do respectivo depósito na conta *Escrow* (R\$4.655 atualizado em 31 de dezembro de 2022). Em 01 de agosto de 2022 a Companhia efetuou o pagamento por ajuste de preço aos vendedores no montante de R\$160 pagos à vista

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Em 15 de março de 2022, a Companhia por meio de sua controlada concluiu a aquisição de 100% das ações do Instituto São José pelo preço de R\$24.300, sendo R\$13.000 pagos até 31 de dezembro de 2022 e R\$9.800 serão pagos em 5 (cinco) parcelas anuais, corrigidas pela variação da taxa CDI desde a data de fechamento da transação até a data do efetivo pagamento de cada parcela do preço diferido.

O contrato de compra e venda do Instituto São José prevê ajuste de preço considerando a renovação e a manutenção de prestação de serviço com o convênio Unimed Grande Florianópolis e estará sujeito a variação da receita Unimed a ser calculada 30 (dias) após o 2º aniversário da data de fechamento da transação limitado à R\$1.500 (*earn out*).

O investimento da Companhia diretamente na Clínica da Gávea e indiretamente no Instituto São José tem como objetivo acelerar a consolidação no setor de saúde mental no Brasil.

Resumo sintético do balanço patrimonial das controladas:

<u>Direta</u>	<u>Ativo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita bruta</u>	<u>Resultado (Período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022)</u>
Clínica da Gávea S.A.*	16.794	42.024	54.041	(9.516)

<u>Indireta</u>	<u>Ativo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita bruta</u>	<u>Resultado (Período de 15 de março a 31 de dezembro de 2022)</u>
Instituto São José Ltda.**	16.383	8.405	22.926	2.671

* Clínica da Gávea S.A compreende o período de 11 meses.

** Instituto São José Ltda. compreende o período de 10 meses.

10. Partes relacionadas

Consolidado

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas.

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração somente os integrantes da sua diretoria.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Salários e bônus	1.081	1.399
Remuneração baseada em ações	528	528
	<u>1.609</u>	<u>1.927</u>

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado
	2022
Ativo de direito de uso	
Edificações	14.429
Passivos de arrendamento	
Circulante	1.424
Não circulante	13.440
	14.864

Direito de uso

A seguir é demonstrado os montantes registrados de direito de uso em 31 de dezembro de 2022:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
Adição por novos contratos	16.101
Despesa de depreciação	(1.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.429

Passivo de arrendamento

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
Adições a passivos de arrendamento	16.101
Saídas de caixa totais para arrendamentos (i)	(2.123)
Despesas de juros	886
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.864

(i) Os ajustes são realizados anualmente para refletir a atualização dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamentos.

A seguir é demonstrada a taxa de desconto do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022:

Prazos	Taxa% a.a.
20 anos	15,09%

A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2022:

Vencimento das prestações	Valor
Até 1 ano	2.468
Entre 1 e 2 anos	2.449
Entre 2 e 5 anos	7.347
Entre 5 e 10 anos	11.744
Entre 10 e 15 anos	10.924
Entre 15 e 20 anos	5.383
Valores não descontados	40.315
Juros embutidos	(25.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.864

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

	Consolidado			Total
	Custos de desenvolvimento e licenças de software	Ágio	Carteira de Clientes (i)	
Custo				
Saldo em 01/2021	-	-	-	-
Adição	4.299	-	-	4.299
Aquisição de controlada - CDG	-	31.848	45.100	76.948
Aquisição de controlada - ISJ	-	15.428	12.267	27.695
Saldo em 31/12/2022	4.299	47.276	57.367	108.942
Amortização				
Aquisição de controlada - CDG	(22)	-	(7.778)	(7.800)
Aquisição de controlada - ISJ	-	-	(1.451)	(1.451)
Saldo em 31/12/2022	(22)	-	(9.229)	(9.251)
Saldo residual em 31/12/2022	4.277	47.276	48.138	99.691
Vida útil estimada	5 anos		6 anos	

(i) A carteira de cliente está apresentada líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Os saldos de ágio foram gerados em combinações de negócios efetuadas. As aquisições realizadas em 2022 e estão descritas na Nota 5.

Teste do ágio para verificação de impairment

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. Devido ao fato de o teste ser anual, consideramos a apresentação de 31 de dezembro de 2022.

As premissas utilizadas pela Administração foram:

- (i) O crescimento da receita bruta baseia-se no desempenho passado e nas expectativas da Administração para o desenvolvimento do mercado no horizonte para os próximos cinco anos e perpetuidade.
- (ii) A margem EBITDA reflete os crescimentos reais e nominais de acordo com a natureza das respectivas receitas e despesas da Companhia.
- (iii) Foi adotado critério de rateio das despesas corporativas operacionais.
- (iv) Em 31 de dezembro a taxa de desconto utilizada foi de 17,26% (*pre-tax*) e perpetuidade de 3,4%. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos em relação ao setor

Não há qualquer indicativo de *impairment* de ativos intangíveis até a presente data.

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***14. Obrigações trabalhistas e fiscais****(a) Obrigações sociais e trabalhistas**

	Consolidado
	2022
Salário	1.219
Gratificações	2.000
Provisão de férias	2.966
INSS	771
FGTS	226
Outros	134
	7.316

(b) Obrigações tributárias

	Consolidado
	2022
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	262
ISS - Impostos sobre Serviços	7
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	747
IRPJ	123
CSLL	79
Outros	94
Total	1.312

15. Contas a pagar por aquisição

A contas a pagar por aquisição se refere ao saldo remanescente da aquisição do Instituto São José realizada através da controlada Clínica da Gávea.

	Consolidado
Aquisições	2022
Instituto São José Ltda.	12.458
	2.163
Passivo Circulante	2.163
Passivo Não Circulante	10.295

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo em aberto possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado
Ano	2022
2023	2.163
2024	2.768
2025	2.509
2026	2.509
2027	2.509
Total	12.458

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***16. Empréstimos e debêntures**

	<u>Controladora</u> <u>2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Empréstimos bancários (i)	20.774	23.418
Debêntures não conversíveis(ii)	71.554	71.554
Total	<u>92.328</u>	<u>94.972</u>

- (i) Em 02/05/2022 a Companhia realizou captação de cédula de crédito bancário, no valor de R\$20.338, e com vencimento em 10/03/2023. A taxa de juros é 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,75% a.a.

Em 15/12/2022 a Companhia por meio de sua controlada realizou captação de cédula de crédito bancário, no valor de R\$2.500, e com vencimento em 13/06/2023. A taxa de juros é 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,76% a.a.

- (ii) Em 14 de janeiro de 2022 foi aprovado, através de Assembleia Geral Extraordinária, a 1ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, em série única, no valor total de até R\$69.320 e com quantidade de 69.320.000 nos termos da instrução CVM 476/2009. O prazo de vencimento final das debêntures ocorrerá no prazo de 421 dias contados da data de 13 de janeiro de 2022 (“data da emissão”). As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100,00% (cem inteiros por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de 1 (um) dia, “over extra grupo”, denominadas “Taxa DI”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano. O contrato não prevê ativos dados em garantia e não há cláusulas de *covenants*.

A seguir é apresentado a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>Controladora</u> <u>2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	-
Captação	20.338	22.838
Juros incorridos	436	580
Amortização de principal	-	-
Amortização de juros	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>20.774</u>	<u>23.418</u>

A seguir é apresentado a movimentação das debêntures não conversíveis:

	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-
Captação	69.320
Juros incorridos	2.234
Amortização de principal	-
Amortização de juros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>71.554</u>

17. Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 são compostas como segue:

	Consolidado
	2022
Diferido	
Imposto de renda	1.116
Contribuição social	402
	1.518
Corrente	
Imposto de renda	(1.000)
Contribuição social	(521)
	(1.521)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3)

A Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi como segue:

	Consolidado
	2022
Diferenças temporárias	
Provisão para glosas	170
Provisão para dissídio	-
Amortização arrendamento	258
Apropriação Juros Arrendamento	134
Gratificação e Bônus	340
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	961
Total de ativo fiscal diferido	1.863
Passivo	
Arrendamento (IFRS 16)	(335)
IR/CS diferido carteira de clientes	(18.876)
Total de passivo fiscal diferido	(19.211)
Efeito líquido - ativo (passivo)	(17.348)

A expectativa de compensação do ativo de imposto diferido é como segue:

	2022
Ativo de imposto diferido	
Entre um e dois anos	961

A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sejam realizados entre um e dois anos. Para as demais diferenças temporárias a Administração estima a realização entre 1 e 5 anos.

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal para o exercício de 2022 são apresentados a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro (à alíquota nominal 34%)	<u>(10.083)</u>
<u>Ajustes para obtenção da alíquota efetiva</u>	
Glosas	159
Despesas do plano de opções de ações	180
Arrendamento mercantil	57
Bônus	340
Efeito pelo regime do lucro presumido	1.521
Efeito pelo regime do lucro real	3.094
Outros (ajustes permanentes)	4.736
Total	<u>3</u>
Imposto Corrente	(1.521)
Imposto diferido	1.518

18. Provisões para contingência

A controlada é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas e cíveis e tributários.

A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas informações trimestrais, a provisão para riscos trabalhistas e cíveis, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

(a) Processos com risco de perda provável

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão para contingências</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Fiscais	-	158
Trabalhistas (*)	26	1.530
Cíveis	244	500
	<u>270</u>	<u>2.188</u>

(*) Inclui as contingências oriundas das combinações de negócio.

(b) Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>
Trabalhistas	1.101
Cíveis	484
	<u>1.585</u>

A natureza das provisões prováveis e possíveis podem ser sumariadas como segue:

- **Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.
- **Ações cíveis:** Os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionadas às atividades médicas, comuns ao setor psiquiátrico.
- **Ação tributária:** Refere-se à ação movida para exclusão da TUSD e seus componentes, da base de cálculo do ICMS devido nas operações com energia elétrica. O valor mensal do ICMS devido é depositado em juízo pela controlada. Conservadoramente a controlada optou pela provisão da obrigação no momento de seu ajuizamento.

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$15.205 (R\$2.948 em 31 de dezembro de 2021).

Aumento de capital

Em 19 de agosto de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$2.000 (dois milhões de reais), com emissão de 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias e sem valor nominal ao preço de emissão unitária de R\$1,00 (um real) por ação. O Capital foi integralmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País.

Em 21 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$3.600 (dois milhões de reais), com emissão de 4.337.349 (quatro milhões, trezentas e trinta e sete mil, trezentas e quarenta e nove) de ações ordinárias e sem valor nominal ao preço de emissão unitária de R\$0,83 (oitenta e três centavos) por ação. O Capital foi integralmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País.

Em 04 de março de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$6.194 (seis milhões cento e noventa e quatro mil reais), com emissão de 11.061.275 (onze milhões, sessenta e um mil, duzentas e setenta e cinco) de ações ordinárias e sem valor nominal ao preço de emissão unitária de R\$0,56 (cinquenta e seis centavos) por ação. O Capital será integralmente subscrito pelo acionista e será integralizado em até 1 (um) ano ao da data da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária em moeda corrente do País.

Em 03 de junho de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$3.071 (três milhões e setenta e um reais), com emissão de 9.906.092 (nove milhões, novecentas e seis mil, noventa e duas) de ações ordinárias e sem valor nominal ao preço de emissão unitária de R\$0,31 (trinta e um centavos) por ação. O Capital será integralmente subscrito pelo acionista e será integralizado em até 10 (dez) meses ao da data da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária em moeda corrente do País.

Em 31 de outubro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.836 (um milhão e oitocentos e trinta e seis reais), com emissão de

33.959.995 (trinta e três milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco) de ações ordinárias e sem valor nominal ao preço de emissão unitária de R\$ 0,05 (cinco centavos) por ação. O Capital será integralmente subscrito pelo acionista e será integralizado em até 4 (quatro) meses a partir da data da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária em moeda corrente do País.

(b) Plano de opção de compra de ações e incentivos atrelados a ações

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 08 de novembro de 2022 foi aprovado o primeiro programa de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia (plano), o plano concede opções de ações à administração e funcionários (Beneficiários) que possuem cargos estratégicos.

O Plano está limitado a um número máximo de 321.320 (trezentos e vinte e uma mil trezentos e vinte) Opções, representativas de igual número de Ações (o "Limite Quantitativo").

Os Beneficiários do plano celebraram o contrato com a Companhia totalizando 196.808 opções (ações próprias) que serão exercidas se cumprindo com o prazo contratual de *vesting* de cada instrumento, a partir da data de concessão e se o executivo ainda estiver empregado naquela data.

O valor justo das opções é mensurado e reconhecido na data de concessão, com base modelo de Black, Scholes & Merton (1973) conforme Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações.

A Administração firmou contratos para cada beneficiário a um preço de exercício, bem como o período para aquisição de ações próprias, posteriormente estes Beneficiários foram subdivididos por grupos, levando em consideração as datas de referência do preço.

Em 31 de dezembro de 2022 o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas decorrente do plano de opção de compra de ações é de R\$ 528 mil.

(c) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social. O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais não inferior a 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O lucro líquido, quando existir, após as deduções, reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Companhia julgar necessárias para sua segurança, terão a destinação que for determinada por deliberação dos acionistas.

20. Receita líquida de contratos com clientes

	Consolidado
	2022
Receita bruta	76.968
Deduções da receita	
Cancelamentos, abatimentos e glosas	(5.867)
Impostos incidentes sobre receitas	(1.540)
Receita líquida de serviços prestados	69.561

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***21. Custo dos serviços prestados**

	Consolidado
	2022
Pessoal	(29.816)
Materiais e medicamentos	(6.969)
Serviços de terceiros	(17.532)
Utilidade e serviços	(2.279)
Aluguéis	(100)
Depreciação e amortização	(37)
	(56.733)

22. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Pessoal	-	-	(8.340)
Despesas do plano de opções de ações	-	-	(528)
Serviços de terceiros	(2.064)	(2.475)	(6.966)
Viagens e hospedagens	-	(9)	(950)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(794)
Marketing	-	-	(293)
Arrendamento	-	-	(1.673)
Depreciação e amortização	-	-	(413)
Provisão para contingências	-	-	(571)
	(2.064)	(2.484)	(20.528)

23. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Impostos, taxas e multas	-	-	(516)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	-	-	(34)
Despesas com fretes	-	-	(25)
Despesas cartoriais e judiciais	(47)	-	(146)
Amortização Carteira de Clientes	(7.286)	-	(7.286)
Outras despesas e receitas	(85)	-	(1.594)
	(7.418)	-	(9.601)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	301	11	1.558
Outros	-	-	29
	301	11	1.587
Despesas financeiras			
Impostos sobre resultados financeiros	(365)	-	(420)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(10.828)	-	(10.828)
Despesa com variação monetária	-	(1)	(1.108)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(886)
Outros	(129)	-	(702)
	(11.322)	(1)	(13.943)
	(11.021)	10	(12.356)

Mental Health Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Controladora	Consolidado
	2022	2022
Tipo de Cobertura	Valor Segurado	Valor Segurado
Risco Patrimonial	-	523
Responsabilidade civil administradores (D&O)	50.000	85.185
Responsabilidade civil geral	-	270
	50.000	85.978

26. Eventos subsequentes

Em 2 de janeiro de 2023 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$2.000 (dois milhões de reais) através da emissão de 40.000.000 (quarenta milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a ser integralizado em até 12 meses contados ao da data da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária em moeda corrente do País.

Em 15 de fevereiro de 2023 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$127.000 (cento e vinte e sete milhões de reais) através da emissão de 2.540.000.000 (dois bilhões, quintas e quarenta milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Até 30 de março de 2023 o montante de R\$118.530 já foi integralizado e o valor remanescente poderá ser integralizado em até 12 (doze) meses, contados ao da data de realização da Assembleia em moeda corrente do País.

Em 09 de março de 2023 a Companhia efetuou a liquidação integral das debêntures não conversíveis no montante de R\$70.856.

Em 10 de março de 2023 a Companhia efetuou a liquidação integral do empréstimo no montante de R\$20.621.